

“Violência no campo”: um estudo sobre os movimentos sociais na Amazônia rural¹

Maria Lúcia Figueira de Melo


Apresentação

Estudo sobre os Movimentos Sociais no Campo da Amazônia, com ênfase ao papel da violência e do poder como ação política que incide, fundamentalmente sobre os pequenos produtores familiares indígenas e posseiros, nas áreas de tensão e conflito social da Amazônia rural durante os períodos Militar e da “Nova República”, buscando interpretar, por um lado como os atores sociais envolvidos, se formam na luta, se constituem como sujeitos políticos, constroem suas identidades, em fim, desenvolvem suas organizações e ações coletivas, e por outro lado, como os agentes do bloco no poder atuam no sentido de orientar e definir o processo, a fim de manter as condições de reprodução, tanto de dominação, quanto de exclusão das classes subalternas.

O referido trabalho faz parte do primeiro volume, num total de dois livros da Dissertação de Mestrado em Sociologia Rural, da Professora e Socióloga Maria Lúcia Mello, defendida na Universidade Federal da Paraíba (Campina Grande, em 1990).

O referencial teórico-metodológico empregado é o do Materialismo Histórico, através do qual se concebe a realidade como uma totalidade dialética, isto é, uma estrutura histórica que se transforma a partir de suas contradições internas.

Este estudo se desdobra em cinco partes principais:



Comunicação Universitária:
Revista do Centro de Ciências
Sociais e Educação.
Belém, Nº 6, V. 2, 2006

¹ Dissertação de Mestrado em Sociologia, defendida em 26.10.1990 na Universidade Federal da Paraíba, Campus II em Campina Grande/UFPB.

- I) Introdução;
- II) Amazônia e a Intervenção do Estado na Região: seus impactos no Meio Rural;
 - 2.1. Caracterização Regional da Amazônia;
 - 2.2. A Intervenção do Estado Pós-64 na Amazônia Rural.
- III) Movimentos Sociais no Campo
 - 3.1. A Revolta dos Índios Guajajaras;
 - 3.2. Os Movimentos dos fornecedores/plantadores e trabalhadores rurais de cana;
 - 3.3. A luta dos posseiros do Bico do Papagaio.
- IV) Mobilização e Desmobilização: a dupla face da violência e do poder;
- V) Considerações Finais.

I – Amazônia e a Intervenção do Estado na Região: seus impactos no meio rural

1.1. Caracterização regional da Amazônia:

A Amazônia se caracteriza pela imensa área de 6,5 milhões de Km² de floresta, abrangendo outros países latinos. A Amazônia Legal é formada por 28 micro-regiões brasileiras. A nível de diversificação, a vegetação da Amazônia é a mais rica do mundo. Tem como principais espécies vegetais: a Castanheira, Seringueira, Guaraná, Açaí, Copaíba, Andiroba, etc.

Os rios e lagos fornecem recursos alimentícios e industriais e, ainda são aproveitáveis seus recursos hídricos na geração de energia elétrica. Existem também, inúmeros recursos minerais.

Sua ocupação e exploração de seus recursos naturais sempre se deram por interesses

externos. Vieram então os migrantes para trabalharem na extração da borracha, tendo destaque às obras suntuosas na cidade, em detrimento de várias mortes causadas por doenças da região e as condições subalternas de vida. Com o declínio da borracha, inúmeras frentes de trabalho foram desmobilizadas, diminuindo assim, o processo migratório. No advento do Regime Militar, é aprovado em 1967 o novo reordenamento jurídico e político do país que, por estratégia de "segurança nacional" a Amazônia passa a receber novamente migrantes, oriundos do Nordeste e do Centro Sul do país, onde existiam conflitos pela posse da terra, abrindo assim uma nova fronteira agrícola e econômica, considerando-se como fornecedora de matéria-prima ao sistema capitalista mundial.

Com a implantação das rodovias, ocorre uma imensa transformação com conseqüências demográficas e sócio-econômicas para a região.

A devastação da Amazônia tem como co-responsável o próprio Estado, por ter vendido áreas de terras pelo valor da terra nua, desvalorizando a vegetação. Como efeitos da ocupação predatória, surgiram problemas como a dizimação dos índios, as migrações desordenadas e a ocupação regional através de grandes enclaves econômicos na Amazônia.

A autora cita inúmeros casos de desastres ocorridos na região, provocados por: implantação de hidrelétricas, desmatamento, queimadas, etc., sendo os pecuaristas os responsáveis por 80% destes últimos. Há um número muito grande de capturas predatórias de animais em extinção e, o IBAMA não as fiscaliza.

A garimpagem também traz agressões ao meio ambiente, como a contaminação dos rios pelo mercúrio, causando intoxicação na população, morte dos peixes, grupos indígenas etc., ao inalarem o ar e beberem a água contaminada.

Todos esses componentes de depredação ambiental, afetam diretamente as sociedades humanas que fazem parte desse meio ambiente natural e sócio-cultural.

Comunicação Universitária:
Revista do Centro de Ciências
Sociais e Educação.
Belém, Nº 6, V. 2, 2006

1.2. A intervenção do Estado Pós-64 na Amazônia Rural

A problemática das transformações da Amazônia nas últimas duas décadas, está relacionada ao processo de expansão não capitalista; nos aspectos econômicos da intervenção do Estado brasileiro da região e na dimensão política da violência estatal, abrindo espaço para a acumulação ampliada do Grande capital no campo.

A autora relaciona inúmeros resultados negativos do padrão capitalista contraditório existentes nos grandes projetos e, destaca o papel do Estado como a implantação da Ditadura Militar, reorientando o processo migratório e a implantação de grandes empresas nacionais e multinacionais, viabilizando assim o projeto de integração da Amazônia ao interesse do grande capital.

O governo cria então o INCRA para executar a política de colonização definida pela SUDAM, abrindo a Amazônia como nova fronteira agrícola para apaziguar os movimentos sociais que explodiam no campo, adquirindo então apoio de todos os seguimentos sociais.

Fica claro que os principais mecanismos que contribuíram para a acumulação do capital foram os incentivos fiscais e financeiros. Destaca a autora vários pontos contraditórios gerados pela Lei de Incentivos Fiscais.

Portanto, as políticas agrícolas voltadas no meio rural somente reforçaram o processo de pecuarização. Apesar do potencial das riquezas na região, predomina a fome, a miséria, a violência no campo etc., tendo como principal móvel nesse quadro, o Estado brasileiro.

II – Movimentos Sociais no Campo na Amazônia

Comunicação Universitária:
Revista do Centro de Ciências
Sociais e Educação.
Belém, Nº 6, V. 2, 2006

A história política das lutas populares no campo tem demonstrado que esses movimentos sociais são marcados por grande violência.

Nas áreas de tensão, onde se passam tais lutas, pode-se visualizar uma enorme rede de

atores e mediadores políticos, que vai desde a atuação da Igreja, dos partidos políticos, dos sindicatos rurais e, das mais diversas instituições sociais, que influenciam direta e/ou indiretamente no feixe das relações sociais desses movimentos, seja com a intenção manifesta de desmobilizá-los ou de apoiá-los, É significativa a atuação da violência institucional que parte dos aparelhos do Estado, já que em suas práticas políticas, procuram sempre intervir, seja através de suas forças armadas, seja através de instrumentos de prática econômica, ideologicamente carregada por uma concepção anti-camponesa, voltada apenas aos interesses do grande capital.

A luta e resistência da população do campo desde o século passado, como a rebelião cabana, há sempre a intervenção do Estado para esmagar a luta camponesa. A partir de 1940, houve uma política deliberada de poder central para constituir um mercado de mão-de-obra disponível às empresas estrangeiras que estavam na região para obter lucro com a produção da borracha nativa.

Os espaços demográficos vazios não se constituem uma realidade, pois havia na região mais de 50.000 migrantes, entre colonos, trabalhadores rurais e, garimpeiros. Além disso, havia ainda a questão do índio: aldeia Guajajara e dos Xavantes.

Na década de 50 e início dos anos 60, a política de ocupação regional se redefine, visando a incorporação da fronteira agrícola da região à economia nacional. Pretendia por um lado, absorver excedentes populacionais de outras regiões brasileiras para ocupar terras fundamentalmente, através de Projetos de Colonização pública e privada.

A partir de 1964, o Governo Federal redefine a política de desenvolvimento para a Amazônia com a abertura dos grandes projetos econômicos, estimulados pela política dos incentivos fiscais e subsídios financeiros. Esses projetos são implantados em áreas onde desde muito tempo havia posseiros, pequenos proprietários e índios nas suas aldeias. Essa invasão dos projetos agropecuários, industriais, suscitou uma

série de conflitos que desde fins da década de 70, deram lugar a várias mobilizações dos trabalhadores do campo.

Aqui analisaremos três movimentos sociais que se deram no campo, na Amazônia.

2.1. A revolta dos índios Guajajaras

Poucas nações indígenas do Brasil seriam tão emblemáticas e representativas como a Guajajara, no sentido de mobilização e luta do índio contra as invasões de terras indígenas na Amazônia, através de projetos de colonização pública e privada, assentamentos “espontâneos” dos posseiros e grilagem de terra em geral.

Antes da colonização catequética, o Estado do Maranhão era em grande parte, habitado por inúmeras nações indígenas, entre as quais os grupos mais representativos em termos numéricos eram os Timbiras, os Kanellas e, principalmente os Guajajaras.

A partir da entrada dos frades capuchinhos e, principalmente com a penetração sucessiva de “levas” de migrantes na década de 40 na região, sobretudo durante os anos 70, pela política de ocupação do Governo Federal da Amazônia via projeto de colonização oficial e particular, o território dos Guajajaras foi visivelmente recortado, ficando praticamente limitado à reserva de proporção bem reduzida em relação à área original.

Em 1895, as terras dos Guajajaras foram concedidas à Igreja pelo poder público e nela foi implantada a primeira fase do processo de colonização e aculturação dos índios Guajajaras.

Os conflitos entre “cristãos” e índios começara, quando os frades capuchinhos acreditavam que a estratégia mais efetiva à seus planos de aculturação dos índios era separar as crianças indígenas de seus pais, do seu grupo de parentesco e, da própria cultura para que assim, sob essas condições pudessem mais rapidamente e com maiores possibilidades de êxito, fornecer

uma educação mais "correta" e integral às novas gerações indígenas. Entretanto, os índios Guajajaras liderados pelo guerreiro Cauiré Imana, prepararam um movimento de revolta que foi organizado e planejado em seus mínimos detalhes. Os índios sabiam que as suas crianças eram fisicamente castigadas quando ousavam utilizar hábitos e costumes de seu grupo cultural, e tinham plena consciência de que não reaveriam mais seus filhos pela proibição dos frades de não poderem manter contatos e nem vê-los.

Havia também o fato de que a separação forçada de seus filhos, significava uma ameaça à própria manutenção dos Guajajaras enquanto grupo cultural pela impossibilidade que teriam de renovar gerações e assim continuar existindo enquanto grupo étnico-cultural indígena.

Assim, os índios se prepararam para combater o "inimigo", cercaram a Colônia de Alto Alegre e invadiram em marcha simultaneamente a sede da Missão, destruindo tudo que havia em sua frente por determinação do líder Cauiré a ordem era matar todos os "cristãos" e retirar as crianças índias, devolvendo-as às suas aldeias de origem.

A revolta dos Guajajaras ficou conhecida no imaginário dos "brancos" como o "massacre do Alto Alegre", ilustra muito bem o nível de humilhação que os índios haviam suportado em silêncio por mais de cinco anos.

Após cumprirem os objetivos da revolta, os Guajajaras se refugiaram nas matas, das quais eram perfeitos conhecedores, pois sabiam que o "homem branco" não os deixariam em paz.

Como esperado, o governo do Estado do Maranhão ordenou as suas forças policiais militares que organizassem uma represália aos índios.

Assim, durante 45 dias de combate sem trégua, os Guajajaras lutaram até a morte.

Desse modo a Igreja largou o seu objetivo de catequizar diretamente os índios. Como era detentora de uma enorme faixa de terra, resolveu então arrendar suas terras para co-

lonos-migrantes e a luta dos índios Guajajaras passou a partir daí, a ser travada continuamente contra esses novos atores.

Nessas últimas décadas, suas terras foram invadidas por populações expulsas de outras áreas rurais do país, que se assentam nas terras indígenas por sua conta e risco; enquanto outros chegam como implantados pela mediação do Estado. Esses chegam como invasores pela mediação do Estado. Essas novas formas de invasões, obriga aos Guajajaras a modificar e adotar estratégias diferentes das habituais, agora mais adequadas às condições históricas emergentes.

Assim, os índios têm recorrido às reivindicações de seus direitos sobre a inviolabilidade de suas terras via FUNAI e outras instâncias do Governo; recorrem às negociações, às denúncias públicas, a atos de amedrontar e dar prazo de desocupação aos invasores, e só em última instância, usam a violência aberta contra os invasores.

2.2. Movimentos dos plantadores/fornecedores e trabalhadores rurais de cana do Pacal

Pacal é uma pequena comunidade rural da Amazônia, anteriormente pertencia ao Município de Altamira, no Estado do Pará, e atualmente ao município de Medicilândia.

O movimento social ocorrido no Pacal teve origem em 1982, quando os plantadores, fornecedores e cortadores de cana, aliados aos funcionários da Usina de Moagem e Produção de Álcool e Açúcar, administrada pela Construtora e Incorporadora Carneiro da Cunha Nobre Ltda. – CONAN, tiveram atraso nos seus pagamentos de salários e, valores correspondentes pela safra colhida e entregue à citada usina.

Na safra de 1982, os plantadores colheram, entregaram à Usina e receberam apenas uma parte do pagamento. No ano seguinte, a CONAN suspendeu os salários dos funcionários da Usina. A partir daí, todos ficaram completamente arruinados: fornecedores, plantadores

(pequenos e médios); cortadores de cana, trabalhadores rurais em geral e, por extensão, toda comunidade do Pacal, posto que a atividade econômica principal girava em torno da cana, produto básico da região.

A partir desse momento, a comunidade começou a se organizar; recorreu aos órgãos estadual e federal. O movimento recrudescceu com as ocupações do Banco do Brasil, da Companhia de Abastecimento de Alimentos – COBAL e, da Companhia de Telecomunicações do Pará – TELEPARÁ e chegou a seu ponto máximo com o bloqueio da Rodovia Transamazônica pelos trabalhadores rurais e produtores rurais de cana de açúcar.

Conscientes da necessidade de uma organização mais forte efetiva, resolveram criar a "Associação dos Fornecedores de Cana da Transamazônica" – ASFORT, fundada no Pacal para congregar os interesses de todos os seguimentos rurais que lidavam com as atividades da cana.

Os fatores decisivos na condução dos movimentos sociais, é a capacidade de suas lideranças em conseguirem se comunicar com seus liderados, a fim de conseguir que o Movimento não se fragmente e, isso se verificou no movimento do Pacal.

A inviabilidade das negociações, levou o governo do Estado a desobstruir rápida e drasticamente a estrada, utilizando para tanto, tropas militares deslocadas do Município de Santarém.

O Estado justificou o seu ato como uma ação necessária para desobstruir a rodovia e manter a ordem estabelecida.

A estrada foi desbloqueada; e para o Estado ficou quase impossível escamotear o seu verdadeiro papel em torno do processo: responsabilidade como aguçador da violência no campo, patenteada nas tristes ocorrências, desde a deflagração do conflito até a desocupação da estrada pelas forças das armas.

Mas como o movimento do Pacal surgiu em base à aglutinação de grupos que tinham interesses comuns em torno de uma necessidade

sócio-econômica, mas que aos poucos foi se perfilando através de uma participação social num Movimento que cresceu, amadureceu politicamente e ganhou expressão social, além das metas econômicas reivindicadas, isto é, o movimento teve ganho político que expressaram o grau de amadurecimento de seus participantes através da luta social.

2.3. A luta dos posseiros do Bico do Papagaio

O Bico do Papagaio, assim conhecido popularmente é o espaço geográfico do atual Estado do Tocantins, pela morfologia do seu território assemelha-se ao bico de uma ave trepadora, conhecida por papagaio, da família psitácitas, gênero amazona, espécie eucinetus caica, tão comum na região. O Estado do Tocantins faz parte da Região Norte e limita-se com os Estados do Pará e Maranhão, ao norte; Goiás, ao sul; Maranhão, Piauí e Bahia, a leste; e Pará e Mato Grosso a Oeste. Sua capital é Palmas e é cortado pela Rodovia Federal BR-010 (Belém-Brasília) – sendo esta a sua principal via de acesso rodoviário, além do Rio Tocantins e afluentes.

O processo de ocupação da área pelos “homens brancos” data das últimas décadas do século passado, porém, foi a partir de 1940 que intensificou-se na região o crescimento populacional decorrente de migrantes nordestinos.

Os problemas iniciais pela luta da posse da terra começa a se manifestar a partir da abertura da Rodovia Federal Belém – Brasília, pois esta permitiu um vertiginoso fluxo migratório centro-sulistas e nordestino para a região, os quais, foram atraídos pelas riquezas e pela aquisição de terra local. Nos anos 70, esses conflitos se intensificam e passam a receber apoio da ala progressista da Igreja Católica, que através das CEB's iniciou um trabalho de conscientização e libertação dos camponeses locais.

Comunicação Universitária:
Revista do Centro de Ciências
Sociais e Educação.
Belém, Nº 6, V. 2, 2006

O Estado brasileiro mergulhado na ideologia do Projeto Nacional Desenvolvimentista,

incentivou as migrações para áreas despovoadas do país. Assim, sob o regime militar, a concepção geopolítica do governo baseou-se na teoria dos "espaços vazios", da segurança e integração nacional, através da implantação de grandes projetos econômicos na Amazônia.

À medida que o Bico do Papagaio foi sendo ocupado pelos migrantes, e estes após iniciarem o beneficiamento da área, surge o fenômeno da grilagem, ou seja, expropriação fraudulenta e/ou violenta das terras.

Face a Ditadura Militar instaurada no país em 64, intelectuais urbanos articularam a Guerrilha do Araguaia visando derrubar o Regime Autoritário, através da revolução armada. Esse episódio contribuiu para a proliferação do terror no campo. Tendo as forças repressivas dizimado a guerrilha, o Governo Federal adotou medidas para o povo esquecer o levante. Tais medidas que beneficiou os latifundiários em detrimento dos colonos, contribuiu para que o conflito pela posse da terra se acirrasse no Bico do Papagaio. Em vista da expropriação recente das terras, paulatinamente começa a surgir a organização dos posseiros através de sindicatos rurais, associações de lavradores, apoiados pela ala progressista da Igreja Católica.

Essa mobilização fortaleceu a luta de resistência dos lavradores contra os latifundiários. Em contrapartida, os latifundiários criam milícias particulares que passam a proteger e difundir o terror pelo campo, ao ponto dos pistoleiros formarem grupos organizados de extermínio, assessorado por militares reformados, dando origem à UDR.. Por outro lado, as autoridades sabedoras de toda a situação mantêm uma postura de indiferença aos atos de violência. Diante disso, o desmando, a violência, a impunidade, a corrupção dotada de conivência das autoridades, faz do Bico do Papagaio uma das áreas mais violentas da Amazônia.

Decorrente da concentração de terras nas mãos de poucos, os lavradores, sem perspectiva definida de vida, buscam na extração de coco de babaçu, meios de subsistência, mas os latifundiários os impedem a qualquer custo de

trabalharem. Uma breve amostra da violência na região em evidência, é a formação indevida da “Polícia Mirim” pelos latifundiários, que através da “pedagogia da violência”, treinam crianças para serem seus informantes na comunidade de Buriti, além de inculcar nas pessoas a violência como um ato normal.

Mas, apesar de tudo, os movimentos sociais no campo amazônico resistem à ideologia dominante e lutam pela posse da terra na perspectiva de sua sobrevivência.

O planejamento estatal é contraditório porque, às vezes alija até mesmo os grupos empresariais beneficiados. É uma tecnoburocracia autocrática e sempre ignora os camponeses. Ao invés dos projetos do governo dismantelarem os movimentos populares, reforçam-os ao confundirem a viabilização dos interesses dos grupos empresariais, e neste equívoco, dá espaço para que os movimentos sociais se fortaleçam.

Os posseiros do Bico de Papagaio viam na recente Constituinte, ocorrida na “Nova República”, uma alternativa para resolver os problemas das lutas pela posse da terra, mobilizaram-se nas suas entidades de classe, tiraram propostas, mas em Brasília, fez-se uma “Reforma Agrária” benéfica os interesses dos grandes latifundiários.

III – Mobilização e Desmobilização: a dupla face da violência e do poder

A análise da questão da violência, no presente capítulo, quanto a questão da dupla face do poder e da violência, está caracterizada por dois princípios basilares a saber: os processos mobilizadores e desmobilizadores das lutas sociais no campo.

Comunicação Universitária:
Revista do Centro de Ciências
Sociais e Educação.
Belém, Nº 6, V. 2, 2006

A violência em sua análise, passa por dois momentos históricos da sociedade brasileira, os quais são: durante o período ditatorial militar de 64, que se estende até por volta de março de 1990; período da Nova República.

A violência e o exercício do poder no período do Governo Militar têm duas faces: a considerada violência aberta através do aparelho repressivo do Estado; e a indireta, através dos órgãos estatais como SUDAM, GETAT, GEBAM, INCRA, etc. E foi a partir desses órgãos que a violência cresceu de forma desenfreada no campo da Amazônia, numa perseguição sem precedentes aos trabalhadores rurais e camponeses, principalmente contra os Movimentos Sociais, a fim de extinguí-los.

A Região Amazônica é caracterizada por inúmeras contradições sociais. Sendo que os "lavradores-possesores", os "sem-terra" e os indígenas, tendo em vista as condições de vida que levam de forma carente e desprotegida do poder público e privado, confrontam-se com os latifundiários, grileiros, capital nacional e internacional, numa luta socialmente e politicamente desigual.

A violência no campo da Amazônia possui duas faces, que podemos também chamá-las de sentido positivo, de altamente desmobilizadora e; por outro lado, em sua dimensão de positividade apresenta uma face transformadora e revolucionária.

A causa maior da luta na Amazônia Rural é a "luta pela posse da terra" pelo "posseiro", de vez que para o posseiro "o direito" à posse é legitimamente social.

Como legitimação da violência no campo, o direito se torna uma via de se legalizar o exercício da violência. O poder do direito institucionaliza a violência. O abuso do poder nas ações dos dirigentes dos órgãos públicos, é uma forma de transgressão dos direitos. É o poder como violência legalizada, onde esses agentes praticam atos dos mais variados no intuito de desestruturarem qualquer movimento de luta na defesa de direitos sociais.

A questão do "índio-novo" que se deu pela convivência forçada com os invasores, desde a experiência de Alto Alegre em 1901, com a missão dos capuchinhos (ala conservadora da Igreja Católica), moldou um ator social cada vez mais conhecedor e esclarecido de seu mundo na sociedade amazônica.

A questão da violência teve um crescimento vertiginoso nas últimas décadas que a luta travada pelos trabalhadores no Projeto Pacal (Agroindústria de Álcool e Açúcar da Usina “Abraham Lincoln” – hoje “Henrique Dantas”), em decorrência da falta de pagamento por mais de um ano pela administração da CONAN, culminou com uma manifestação, resultante da conscientização, em contrapartida à violência a eles imposta, quando os manifestantes chegaram a ocupar o Banco do Brasil, a Cobal, a Telepará, etc.

Com a criação da ASFORT, uma comissão se dirigiu até a Esplanada dos Ministérios em Brasília, com uma faixa que dizia “O Pacal quer falar”, foram atendidos pelo Ministro Nélson Ribeiro. Diante da situação de não terem logrado êxito em suas ações, bloquearam novamente o Km 94 da Transamazônica, em fins de 1983; bloqueio esse que durou 10 dias, quando 3.000 caminhões não puderam passar.

Diante disso, a ASFORT foi chamada à mesa para negociações, mas face os representantes não terem “carta branca”, o problema não foi equacionado. Dado o impasse, o bispo da região entra em ação, mas seus esforços foram em vão, uma vez que o Governo envia militares de Santarém para desobstruírem a estrada, com atos de violência contra os trabalhadores rurais.

Os anos de violência causam revolta e luta solidária entre as pessoas do campo. A formação da ASFORT foi um movimento de participação política dos trabalhadores. Um membro da entidade dos trabalhadores é indicado para o CIRA (Conselho Administrativo da Usina); é um ganho político para os trabalhadores, haja vista a conquista de sua representatividade, mais concretas para a luta por seus ideais.

As lutas dos Guajajaras, são exemplos de organização das massas bem sucedidas, apesar de terem lutado sem o apoio total das pastorais rurais da CPT.

O exercício de poder da violência em sua dupla face se dá a nível de muitos movimentos sociais no campo, pela luta da Reforma Agrária, motivada pela “Nova República”.

Durante o Governo Sarney houve no campo, uma "violência aberta", característica de um Estado democrático-burguês; no qual foi elaborado um Projeto de Reforma Agrária, o 1º PNRA, em maio de 1985, que visava não destruir a existência da grande empresa rural, mas pressionar por uma rápida modernização dos latifúndios improdutivos no campo. Isso contribuiu para uma maior luta dos trabalhadores rurais.

O conteúdo novo dos "posseiros", "índios", "garimpeiros", "peões", "sem-terra" e pequenos produtores rurais, é resistir, lutar e reivindicar por seus direitos econômicos, políticos e sociais. Esses Movimentos Sociais criaram um "micro-poder" que não pode mais ser desconsiderado pelo poder central.

A permanência na posse como antigas reservas de domínio "individual" ou coletivo dos "posseiros" do Bico do Papagaio, dos "seringueiros do Xapuri", ou o de não ceder o direito de invasão e/ou redução de seus territórios, no caso dos índios Guajajaras e Araras, o de terem acesso a áreas de garimpo, como no caso dos garimpeiros da Fazenda "Oca", seja para trabalharem na terra como os sem-terra marginalizados das áreas de assentamento do PIC's, seja para assegurar sua produção enquanto pequena produção de base familiar, como no caso dos fornecedores/plantadores e cortadores de cana do Pacal; ou para exigir o cumprimento trabalhista, como no caso dos peões, empregados temporários ou permanentes das grandes fazendas e empresas na região, o correto é que, a partir do governo da "Nova República", ao propor o Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA, que esses "Movimentos Sociais no Campo" se intensificaram, crescendo politicamente.

O governo da "Nova República" criou expectativa em torno da Reforma Agrária, depois de reconhecer que um regime político necessariamente tem que assegurar os direitos do livre exercício à cidadania política do homem, o que contribui para a escala maior da luta reivindicatória de melhores condições de vida.

A Reforma Agrária é uma questão social que na maioria das vezes aglutina as reivindicações mais gerais dos trabalhadores do campo.

Com a Nova República houve a tentativa de parte dos políticos conservadores, via Congresso Nacional, articulados com os latifundiários e proprietários de fazendas, no sentido de esvaziar politicamente a aplicação do 1º PNRA, assim como golpear a Reforma Agrária no Congresso Nacional. Daí os movimentos sociais terem entrado em ação contra essa tentativa de esvaziamento.

A ordem das CPT's regionais, era de luta e resistência contra os poderosos, assim como solicitar apoio dos sindicatos dos trabalhadores rurais, às lideranças políticas progressistas e às Associações Nacionais e Internacionais comprometidas com as causas do campo.

A CPT da Regional Araguaia/Tocantins em conjunto com o "Movimento de Luta dos Posseiros da Região do Bico do Papagaio", publicou através do CEDI, artigo sobre os "Dez anos de Serviço das CPT's no Campo", com denúncias do aumento das violências, quando em 1984, 116 trabalhadores e líderes rurais foram assassinados por problemas de terra, 14 em conflitos trabalhistas.

Entre 1985 a março de 1990, a situação no campo da Amazônia se torna estarrecedora. O número de conflitos no campo do Brasil, passou de 950 em 1984 para mais de 2000 em 1986 e, 1.230 casos em 1989. Deste total, só na Amazônia registrou-se mais de 60% dos casos. Os assassinatos no campo em 1985 foram alarmantes. Só na Amazônia foram mortos cerca de 66% assassinatos em todo o país.

Foram assassinadas várias lideranças sindicais, religiosas e agentes da CPT, pela forte repressão que imperou na região.

As principais vítimas foram adultos, chefes de família. Nem mulheres, velhos e crianças foram poupados. Não obstante, religiosos e políticos, advogados sindicais, militantes políticos e agentes pastorais também foram dizimados; enquanto outros estão também marcados para

morrer, através da sindicalização da pistolagem no campo por meio do crime organizado, financiado pela UDR.

Através da política do Governo autoritário por meio do CETAT, GEBAM, INCRA etc., a questão agrária foi transformando-se em um problema militar e que a Nova República foi incapaz de resolvê-lo, pelo contrário, deu continuidade.

Durante os anos de 1964/90, foram registrados na Amazônia cerca de 1.056 mortes de trabalhadores rurais, lideranças sindicais, religiosos, políticos, além de garimpeiros e índios em confronto com pistoleiros e forças policiais.

Conforme dados estatísticos, o Estado através das Polícias Civil e Militar, aparece depois dos pistoleiros e fazendeiros, no terceiro lugar da categoria de executores no campo. O poder público demonstra ter duas faces: mantém a paz no campo; é coadjuvante do braço armado do poder privado.

Na Amazônia, as unidades federais que lideram conflitos no campo são: Pará, Maranhão, Tocantins e Mato Grosso.

Os mais expressivos Movimentos Sociais no campo da Amazônia são: "Movimento dos Posseiros do Bico do Papagaio", "Movimento dos Pequenos e Médios Produtores Rurais de Cana do Pacal", "Movimento dos Índios Guajajaras", "Movimento dos Colonos Sem-Terra da Transamazônica", "Movimento dos Garimpeiros de Itaituba", "Movimento dos Posseiros da Gleba CIDAPAR", "Movimento dos Posseiros de Santa Terezinha do Araguaia", e mais recentemente, o "Movimento dos Atingidos pelas Barragens de Tucuruí", "Movimento dos Seringueiros de Xapuri", "Movimento dos Índios Yanomamis", "Movimento dos Povos Indígenas do Xingu" e, o "Movimento dos Ambientalistas e Ecologistas da Amazônia".

Esses Movimentos Sociais têm levado os grandes proprietários de terras, os grileiros, estatais do Governo Federal às barras dos Tribunais para reclamarem os seus direitos trabalhistas, bem como, de danos como meios

possíveis de expropriação e invasões de suas terras, despejos com ou sem mandado judicial; ameaça de redução de seus territórios; a injustiça dos preços de seus produtos agrícolas; a falta de assistência técnica; a falta de assistência médico-previdenciária, assim como o poder de “fogo” dos pistoleiros e policiais à serviço dos latifundiários.

As principais estratégias usadas pelos trabalhadores do campo no sentido de resistir os atos ilegais do poder público são: ocupação e resistência nas terras; o revide através de tiroteios; o bloqueio de estradas; ameaça de incêndio de pontes; ocupação de prédios públicos, e até seqüestro de autoridades ou representantes do grande capital como reféns.

Durante este trabalho de pesquisa, muitas entrevistas foram realizadas. Entre elas, alguns entrevistados assim se manifestaram: “... a gente espera a justiça e, como ela não vem ... então partimos para a ignorância né ...”. (um Posseiro entrevistado no Bico do Papagaio em 1988).

A tomada de posição da Igreja Progressista no campo, é bastante estimuladora: “... você acha que estamos ainda no tempo de darmos a outra face? ...”. Quem lutar ganha alguma coisa, quem correr amedrontado fica sem esperança ...” (Sacerdote Jesuíta entrevistado na área do Bico do Papagaio em 1988).

A violência no campo não é exclusiva dos poderosos, é também dos oprimidos que a usam como mecanismo de contra-violência, de contra-poder, para defender os seus direitos. A opressão, a violência varia desde a assinatura de um contrato de arrendamento, até a atos de torturas e assassinatos.

Foi a UDR, que teve parcela de contribuição antes mesmo de ser fundada na Região do Bico do Papagaio, quem tramou a morte do Padre Josino Tavares, com a intenção de minar a organização e o crescimento político dos oprimidos em lutar. Nessa questão, os principais atores a serem eliminados são os líderes religiosos progressistas e políticos ligados à causa rural, por representarem “comunidades libertadoras”.

Há em todo esse contexto da violência do poder na sua dupla face, de saber até que ponto o poder e a violência conseguem minar a ação dos comunitários, no sentido de fazê-los retroagir em suas lutas sociais.

Essa violência é imensa que chega a desarticular os trabalhadores rurais; suas famílias, a unidade de produção e a moradia destes, bem como sua reprodução enquanto grupos familiares. Desestrutura também, as relações de parentesco, vizinhança e todo o sistema de sociabilidade e convivência social com os outros.

A violência no campo tem causado traumas psicológicos, com conseqüências graves para toda a vida. Esses traumas são somatizados pelas vítimas, do ponto de vista da desistência da luta.

Diante do quadro de violência, o povo se organiza e luta com mais vigor. O exercício da violência e do poder tem demonstrado a sua dupla face. Ao mesmo tempo que desmobiliza, é também um dos fundamentos da mobilização dos oprimidos nas suas práticas de resistência. É um processo pedagógico que tem alertado os espoliados a se organizarem e lutarem dentro de um contexto histórico da sociedade no campo.

Diante das contradições existentes no campo da Amazônia, os trabalhadores lutam e resistem e com isso, criam micro-poderes de forma consciente que são forças sociais e que devem ser levados em consideração.

Em que pese a hegemonia e o poder de coerção existentes, os trabalhadores se conscientizaram de sua situação social, principalmente no tocante ao processo de exclusão social a que estão submetidos em todos os níveis pelos detentores do poder econômico e político da região. É através dos enfrentamentos políticos que os "trabalhadores rurais", apesar da heterogeneidade entre eles, constroem as suas próprias identidades, diante dos dominadores.

Finalmente, o processo e produto histórico das desigualdades sociais que reforça a

dupla face da violência e do poder na Amazônia Rural, tende a ganhar continuidade, o que equivale dizer-se que os inúmeros casos de confronto social no campo mudam de forma, mas continuam a dar evidências de que a Amazônia Rural é uma área conflagrada e, que a morte é seletiva, dando preferência às lideranças políticas, sindicais e religiosas.

Aglutinados nos Movimentos Sociais, constituem uma força política no campo, nas áreas de tensão. O Estado normalmente aplica mecanismos diversificados para desmobilizar as populações rurais e camponeses.

Os Movimentos Sociais no campo, com natureza pré-política ou política, não estão necessariamente vinculados a um Projeto Político de âmbito nacional. O que é importante ressaltar é, que quando a luta se orienta através da organização das massas, garante mais o anseio de rever-se as mudanças ocorridas por essa dinâmica ao contexto político nacional.

V – Considerações Finais

Recuperar a história social negada desses migrantes rurais espoliados, procurando recompor o tecido das relações sociais em que se insere esse sujeito coletivo. Suas relações políticas, sua vida de produção/reprodução, bem como o conjunto de estereótipos preconceituosos de que é submetido e aos quais procura duplamente negar na sua própria trajetória de vida, foi o caminho que trilhamos para definir a sua identidade de classe, construída no próprio bojo de seu processo de luta no campo.

Reconstruir as práticas e o processo de construção-reconstrução da identidade desse trabalhador rural e, como reconstruir a dialética viva entre o “eu” (os trabalhadores) e o “outro” (os fazendeiros). A identidade do “eu” se afirma no reconhecimento do “outro”. Nesse processo de ocupação-desocupação-reocupação da terra, os trabalhadores rurais se afirmam politicamente a

partir da luta, processo em que têm a oportunidade efetiva de reconhecer o outro, constituindo-se então, o novo sujeito coletivo: o trabalhador sem terra, o trabalhador acampado, o trabalhador assentado, os índios desterritorializados e os posseiros expulsos, enfim, aquele que, tendo a terra como ponto de partida, a descobre e, conquista finalmente, como ponto de chegada.

Se em um primeiro momento "o outro" aparece como o opositor (o fazendeiro), é preciso ter claro e, isso se revelou durante a pesquisa, que a identidade desse trabalhador não se constrói apenas numa relação de oposição, mas num conjunto de relações que comportam tanto a oposição, personificada não pelos fazendeiros, como em determinados momentos, pelo próprio Estado, pelo Sindicato, pela Igreja e, outros grupos e/ou Instituições dominantes; quanto a identificação, envolvendo os trabalhadores, a Igreja Progressista, certos Partidos Políticos, o Sindicato e, outras Instituições de apoio "o outro" portanto, se revela e se põe de forma contraditória, ora como oposição-negação, ora como identificação-affirmação.

A própria dinâmica do "movimento" não permite um conceito fechado, que impediria, inclusive, a percepção das diferentes experiências e representações dos trabalhadores, que, embora reunidos por um projeto comum, têm que conviver com as diferenciações impostas por elas.

Há que se considerar, pois, a identidade como "algo se fazendo e se refazendo", em função da luta, das contradições geradas no bojo do processo pela própria ação dos trabalhadores e dos grupos de apoio e pela entrada de novos atores. Não há identidades constituídas que não se modifiquem na medida da própria coletivização, pois elas se constroem nas lutas e nos enfrentamentos.

Nesse sentido, a classe está presente nesta sua constituição em luta coletiva.

E aqui me parece importante recorrer a Thompson para esclarecer o sentido de "classe":

"A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns her-

dadas, ou partilhadas, sentem e articulam identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens, cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram, ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistema de valores, idéias e, formas institucionais ... A consciência de classe surge da mesma forma em tempos e lugares diferentes, mas nunca da mesma forma”.

Analisar a identidade desse trabalhador implica, pois necessariamente, trabalhá-la sob uma perspectiva de classe, tal como concebe Thompson, um fenômeno histórico, que está presente no seu próprio fazer-se, e que acontece, como afirma o autor: “Ao viver os homens e as mulheres, suas relações de produção e ao experimentar suas situações determinantes”, dentro do conjunto de relações sociais, com uma cultura e uma expectativa herdada, e ao moldar essas experiências em formas culturais. De modo que, ao final, nenhum modelo pode proporcionar-nos o que deve ser a “verdadeira” formação de classe ..., pois a classe se define a si mesma em seu efetivo processo de enfrentamento político.

Há que se considerar, sim, certas determinações estruturais da sociedade de que esses homens fazem parte, entretanto, é a análise da sua experiência que dará conta de seu “fazer-se” enquanto classe, construindo a sua identidade política.

Embora analisando uma série de documentos e depoimentos que me possibilitaram a reconstrução histórica dos movimentos sociais e da região em que esses se constroem, privilegiei a “fala” do trabalhador como elemento primordial para recuperar a sua história, o seu fazer-se e seu incessante refazer-se. Não a “fala” solitária, mas a fala contextualizada que implica em contrapor a “fala” dos trabalhadores à fala dos outros, a fala dos mediadores presentes no processo, ao trabalho de observação do grupo.

Em lugar de um sistema pré-estabelecido de categorias, conceitos e definições que delineasse um determinado marco teórico de referência, preferimos a medida em que a análise foi avançando, considerar os conceitos que foram se impondo dando corpo à linha de orientação teórica tomada no estudo. Da mesma forma, se procedeu com os tópicos e sub-tópicos que foram sendo gerados a partir do significado e do sentido que os dados se revelavam através de sua análise. Assim, a história de migrações do homem do campo que resulta em sua peregrinação, fez com que tomássemos o conceito de "hoster errantes", apenas para reforçar teoricamente o discurso, enfatizado pela análise que Thompson faz dos camponeses, desenraizados, "descamponezados", em decorrência de suas sucessivas migrações.

Surgiu também a necessidade de recorrermos ao conceito de Estado ampliado em Gramsci, conceito do qual derivam a visão de macro e micro-poderes de Foucault, que permitiram completar a análise do papel da esfera do político no contexto das relações sociais da Amazônia rural.

Se ao analisar a trajetória de vida dos personagens que compõem o universo dos sujeitos, os identifiquei como trabalhadores rurais, o seu presente os revela numa nova condição, a condição de colonos explorados, posseiros, e índios expropriados, definidos por Souza Martins em seu estudo sobre a luta pela terra na Amazônia.

Por outro lado, a compreensão do papel do Estado como protagonista do processo me foi inspirado em Foucault, que ao analisar as lutas políticas revela o seu papel histórico de dirigidor e controlador das classes populares dentro dos limites que lhe permitam salvaguardar a sua aliança com as classes dominantes e, também manter o seu poder polialesco através de seus aparelhos repressivos, preferentemente no interior da região nos permitindo considerar a existência de uma continuidade do projeto político do Governo da Ditadura, principalmente nas áreas de fronteira da Amazônia Rural.

Referências

AZEVEDO, F. A. **As Ligas Camposesas**. Rio de Janeiro/RJ: PAZ E TERRA, 1982.

CASALDÁLIGA, P. **Nós no Araguaia: O Bispo da Teimosia e da Liberdade**. S.Paulo/SP: GRAAL, 1974.

GOHN, M. da G. **Paradigmas Teórico- Metodológicos Básicos da Produção sobre os Movimentos Sociais**. Rio de Janeiro/RJ: ANPOCS, IIº Encontro, 1988.

CARVALHO, M. **Sangue da Terra: A Luta Armada no Campo**. S.Paulo/SP: BRASIL DEBATES, 1980.

ENGELS, F. A Questão Camponesa na França e na Alemanha. In. SILVA, J.G. & STOLCKE, V. (Orgs.). **A Questão Agrária**. S. Paulo/SP: BRASILIENSE, 1981.

FERNANDES, F. **Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina**. Rio de Janeiro/RJ: ZAHAR, 1981.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. S.Paulo/SP: GRAAL, 1988.

FILHA, I.G. **O Projeto Jarí e os Capitais Estrangeiros na Amazônia**. Petrópolis/RJ: VOZES, 1980.

GRAMSCI, A. **Notas sobre Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. Roma/Itália: RIUMITI, 1968.

_____. **Cadernos do Cárcere**. Roma/Itália: RIUMITI, 1969.

IANNI, O. **A Luta pela Terra**. Petrópolis/RJ: VOZES, 1979.

LEME, M.C. et. al... **Assassinatos no Campo, Crime e Impunidade – 1964/1986**. S. Paulo/SP: GLOBAL, MST, 1987.

MARX, K. **O 18 Brumário de Louiz Bonaparte**, S. Paulo/SP: CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA, 1987.

_____. **Resultado do Processo de produção Imediata.** VI Cap. INÉDITO de O Capital. S. Paulo/SP: MORAES, 19895.

MARTINS, J. de S. **A Militarização da Questão Agrária no Brasil.** Petrópolis/RJ: VOZES, 1984.

_____. **Expropriação e Violência: A Questão Política no Campo.** S.Paulo/SP: HUCITEC, 1980.

THOMPSON, E.P. **Formação da Classe Trabalhadora.** S.Paulo/SP: BRASILIENSE, 1987.

_____. **Tradición, Revuelta y Consciência de Classe.** Madri/Espanha: SIGLO, 1982.

VELHO, O.G. **Capitalismo Autoritário e Campesinato.** S.Paulo/SP: DIFEL, 1979.